

«Os estudos de caso que se apresentam documentam, todos eles, situações de trabalho infantil por conta de outrem. Na verdade, todo o trabalho infantil é sempre, de algum modo, feito por conta de outrem. Mas essa questão é esclarecida no texto de referência teórica que acompanha esta edição. O que, por agora, nos interessa reter é que estes estudos se reportam, na sua totalidade, a crianças que durante um certo período das suas vidas, contrataram, sob múltiplas formas, a sua força de trabalho a um ou vários empregadores que não pertenciam ao seu aglomerado familiar directo. É claro que esta expressão (**contrataram**) deve ser lida fora de qualquer interpretação que indique auto-determinação pela criança. Na verdade, essa auto-determinação é quase sempre inexistente e, pelo contrário, a disponibilização para o trabalho decorre geralmente da imposição parental ou de uma necessidade de sobrevivência inelutável.»

«Cada caso é único e não transponível, mas é susceptível de ilustrar realidades comuns que neles se condensam e de que eles são analogicamente próximos - é possível identificar alguns desses traços das realidades sociais em que tem lugar o ingresso das crianças em situações de exploração de trabalho infantil, mas também de reversão dessa situação.»

Manuel Sarmento



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

PETI 10

Trabalho infantil por conta de outrem

10 ANOS
PETI



Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Trabalho infantil por conta de outrem

Coordenação
FERNANDO COELHO E MANUEL SARMENTO

4

10 ANOS DE COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM PORTUGAL

PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

Trabalho infantil por conta de outrem

Coordenação

Fernando Coelho
Manuel Sarmento

Editor

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Programa para Prevenção
e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)
Av. Frei Miguel Contreiras, 54-5º
1700 Lisboa
Tel.: 21 843 75 80
Fax: 21 843 75 89
E-mail: peti@peti.gov.pt
Site: www.peti.gov.pt

Direcção

Joaquina Cadete

Coordenação Editorial

Teresa Maia e Carmo

Concepção e Produção

Ideias Virtuais
www.ideiasvirtuais.pt

ISBN

978-989-95739-0-1

Depósito Legal

278 943/08

Tiragem

1000 exemplares

Lisboa, Junho de 2008

Obra comemorativa dos 10 anos do PETI
Publicação co-financiada pelo FSE (Fundo Social Europeu)

© Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, 2008
Reservados todos os direitos

10
ANOS

PETI

Trabalho infantil por conta de outrem

Coordenação
FERNANDO COELHO E MANUEL SARMENTO

Autores:

Fernando Coelho - n. 1952. Professor do ensino secundário. Pós-graduado em Administração e Organização Escolar. Exerceu funções docentes na Escola Superior de Educação de Faro, no âmbito da profissionalização em exercício. No Ministério da Educação exerceu funções técnico-pedagógicas: no GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional, integrado no Núcleo do Ensino Secundário (NES); no Departamento do Ensino Secundário (DES), onde integrou o Núcleo da Reforma do Ensino Secundário (NERES); no Centro de Área Educativa de Braga (CAE), responsável pelos serviços técnico-pedagógicos; desde Setembro de 2004, desempenha as funções de Representante do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI) da Região Norte.

*Manuel Sarmento - n. 1955. Professor associado com agregação no Instituto de Estudos da Criança (IEC) da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Doutorado em Estudos da Criança, área de especialização em Estudos Sócio-educativos. Sociólogo da infância. Coordenador do Programa de Doutoramento em Estudos da Criança e do Mestrado em Sociologia da Infância no IEC. Membro do Conselho Nacional da Educação. Autor ou co-autor de 15 livros - nomeadamente, entre outros, *Lógicas de Acção nas Escolas* (2000), *Infância (In)visível* (2007), *Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação* (2004), *Trabalho Domiciliário Infantil: Um estudo de Caso no Vale do Ave* (2000), *As Crianças: Contextos e Identidades*.(1997) - e para cima de uma centena de artigos científicos publicados em várias línguas. Tem dirigido cursos e seminários em várias universidades portuguesas, brasileiras e francesas. Membro de várias organizações científicas internacionais, nomeadamente a ISA, AISLF e ARIC. Áreas de investigação mais recentes: culturas infantis e interculturalidade; trabalho infantil; infância e políticas públicas; educação e estatuto social do aluno.*

Índice

Trabalho Infantil por Conta de Outrem: texto de tese	7
<i>Manuel Sarmento</i>	
O Trabalho Infantil por Conta de Outrem: apresentação	23
<i>Manuel Sarmento e Fernando Coelho</i>	
Da Picareta para a Caneta	35
<i>Raquel Soares</i>	
O Pão que o Diabo Amassou	45
<i>Carla Teixeira da Silva</i>	
Quero Mostrar-lhes Que Sou Capaz	57
<i>Carla Teixeira da Silva</i>	
Um Colo Para Uma Criança Que Amamenta	71
<i>Carla Machado</i>	
Linhas e Caminhos do Trabalho Domiciliário	83
<i>Márcia Lacerda</i>	
Nas Linhas das Mãos	93
<i>Rita Leal</i>	
O Bom Rebelde	101
<i>Piedade Correia, Teresa Figueiredo e Célia Nunes</i>	
A (Re)descoberta da Escola Depois do Trabalho	113
<i>Ana Rita Carvalho e Ana Fátima Santos</i>	
Ulisses: Trabalhar ou Estudar	121
<i>Sónia Madeira e Geraldo A. Paiva</i>	
Abreviaturas	134
Índice remissivo	135

Apresentação

trabalho infantil por conta de outrem

Manuel Sarmento

Professor com Agregação, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho

Fernando Coelho

Representante do PETI na Estrutura de Coordenação Regional do PIEF na Região Norte

Os estudos de caso que se apresentam de seguida documentam, todos eles, situações de trabalho infantil por conta de outrem. Na verdade, todo o trabalho infantil é sempre, de algum modo, feito por conta de outrem. Mas essa questão é esclarecida no texto de referência teórica que acompanha esta edição. O que, por agora, nos interessa reter é que estes estudos se reportam, na sua totalidade, a crianças que durante um certo período das suas vidas, contrataram, sob múltiplas formas, a sua força de trabalho a um ou vários empregadores que não pertenciam ao seu aglomerado familiar directo. É claro que esta expressão (“contrataram”) deve ser lida fora de qualquer interpretação que indique auto-determinação pela criança. Na verdade, essa auto-determinação é quase sempre inexistente e, pelo contrário, a disponibilização para o trabalho decorre geralmente da imposição parental ou de uma necessidade de sobrevivência inelutável. Estas crianças, na verdade, foram vinculadas ao trabalho, *por contra de outrem*, em todo o sentido polissémico do termo.

Estes estudos referem-se a situações de trabalho nas seguintes circunstâncias e condições:

- trabalho assalariado em unidade industrial – casos do Simão, do Rui, Pedro, da Liliana e da Matilde
- trabalho assalariado nos sectores do comércio ou serviços – casos da Maria e do Tiago
- trabalho assalariado em exploração agrícola – caso do João Vitor
- trabalho domiciliário – casos do Pedro, da Liliana, da Matilde
- trabalho agrícola de natureza sazonal – caso da Maria

- actividades consideradas entre as piores formas de trabalho infantil (trabalho escravo, prostituição infantil, actividades armadas, tráfico de substâncias proibidas por lei, formas extremas de exploração nas fábricas, minas, campos ou serviços) – caso da Mariana

A estas formas de trabalho, poderíamos acrescentar:

- actividades de recolectagem de materiais recicláveis na rua
- trabalho doméstico (nomeadamente por conta de outrem)
- actividades no âmbito das indústrias do lazer, da moda, da cultura, da publicidade ou do desporto profissional.
- outras actividades agrícolas, pecuárias, de pastorícia ou no sector das pescas

Algumas destas últimas actividades não se encontram aqui representadas, pelo facto de serem objecto de publicações próprias.

As histórias de vida das crianças que se apresentam de seguida (com o seu nome devidamente ocultado por pseudónimo) são impressionantes em si mesmas pelo sofrimento que testemunham, mas também, na generalidade dos casos (mesmo naquele ou naqueles que pareçam menos bem sucedidos), pela capacidade que as crianças e jovens demonstram de reverter situações, de alterar trajectórias que pareciam inelutáveis e de reconstituir projectos de vida. Claro que para isso foi indispensável a acção social dos serviços públicos e a oportunidade gerada pelos cursos PIEF e pela intervenção do PETI. Este ponto é de sublinhar, mas o mais destacável é o facto de que cada uma destas curtas narrativas parece expor personalidades individuais densas e amiúde fascinantes, onde a dor combina com dispositivos de enfrentamento, estratégias de sobrevivência e desejos de mudança que são, em si mesmos, muito nítidos e dignos. Mas estas personalidades infantis e juvenis, na sua singularidade irrepitível, não são, por isso mesmo, menos reveladores de realidades sociais que a todos nos interpelam.

Sem procurar fazer de cada caso uma imagem da totalidade do real – cada caso é único e não transponível, mas é susceptível de ilustrar realidades comuns que neles se condensam e de que eles são analogicamente próximos – é possível identificar alguns desses traços das

realidades sociais em que tem lugar o ingresso das crianças em situações de exploração de trabalho infantil, mas também de reversão dessa situação.

Sublinhemos alguns desses traços:

- Todas as crianças foram envolvidas em situação de trabalho infantil depois de uma ruptura com a instituição escolar, a qual assumiu inicialmente a forma da reprovação, em vários casos de reprovação continuada e frequente e, em alguns outros casos, em episódios de ruptura comportamental;
- Todos os casos relatados dão conta de contextos sociais marcados pela pobreza, insuficiência de recursos de vida e condições de *habitat* marcadas pela localização em territórios (frequentemente bairros) de concentração de populações depauperadas, sem trabalho e sem acesso a direitos sociais fundamentais;
- Todos os casos ocorrem em contextos familiares indutores do trabalho infantil, seja por inserção no interior do colectivo familiar de práticas de trabalho domiciliário, seja por incapacidade de sustentação das crianças, em consequência da pobreza ou de disfuncionalidade familiar;
- Em vários casos, o primeiro vínculo laboral tem uma natureza experimental e ainda que todas as situações de assalariamento sejam marcadas pela precariedade, elas podem ser relativamente estabilizadas na condição da subordinação da criança às exigências do empregador;
- A maior parte dos casos relatados inclui situações de infracção legal e mesmo de comportamento delinquente, nomeadamente do lado dos empregadores e/ou intermediários;
- A violência contra as crianças e o sofrimento físico psicológico estão presentes nos quotidianos de miséria e exploração destas crianças;
- Em todos os casos, foi possível garantir a continuidade dos estudos, pelo menos até à conclusão do ensino básico. Houve, por consequência, a reversão de uma situação que se poderia inicialmente pensar (e, frequentemente, os actores no terreno, pensam mesmo) ser irreversível de abandono escolar;

- Não obstante, nem sempre o ingresso nos cursos PIEF significou o fim do trabalho; a coexistência de situação de trabalho e de frequência da formação ocorreu em mais do que um caso;
- É sobretudo ao nível da definição dos projectos de vida – da possibilidade de «continuar a sonhar» – que a continuação da formação escolar produziu mais efeitos; por si só, como testemunham vários casos, as condições objectivas de vida não foram alteradas depois (em continuidade ou em consequência) da formação recebida;
- A acção do PETI só pode realizar-se em articulação com outros intervenientes, sobretudo instituições públicas e serviços do Estado, o que demonstra a importância do trabalho social em Rede, mas é, em si mesmo, insuficiente para alterar as condições sociais em que emerge, de que se alimenta e que perpetua a exploração do trabalho infantil. A acção estruturante e em rede adquire, desse modo, uma muito especial importância e significado.

Estas quase-conclusões são susceptíveis de ser confirmadas, ampliadas, corrigidas ou mesmo infirmadas pelo leitor. Apenas nos limitamos a dar conta de algumas linhas possíveis de leitura. Mas é sobretudo para a densidade humana e o significado social destas pequenas narrativas verídicas, todas elas elaboradas por técnico(a)s do PETI a partir da sua experiência directa com as crianças e as suas vidas, que pretendemos chamar a atenção. Passamos, pois, a apresentar os seus protagonistas:

Simão, um jovem de 15 anos, natural do baixo Minho, apresenta um conturbado percurso escolar. Abandonou a escola e acabou a trabalhar como assalariado numa pequena empresa de construção civil.

Residente numa pequena aldeia rural empobrecida, é oriundo de um agregado de baixos recursos, composto por pai, mãe e dois irmãos. Um agregado que, no seu conjunto, apresenta baixas qualificações escolares e profissionais.

A saída precoce da escola foi o passaporte na mão para um ingresso prematuro no mundo do trabalho «clandestino», em condições muito desfavoráveis, sem quaisquer direitos, protecção social e laboral asse-

gurados, num desempenho de tarefas quase sempre de grande perigosidade e de uma exigência física impróprias para a sua idade.

Simão possuía 15 anos de idade, o 6º ano de escolaridade e três retenções consecutivas no 7º ano de escolaridade, quando foi sinalizado pela CPCJ ao PETI.

Depois de várias diligências e negociações, acabou por ingressar numa turma da medida PIEF para realizar o 3º ciclo da escolaridade básica.

Embora no início da intervenção afirmasse «*a escola não é para mim*» e «*não tenho cabeça para os estudos*», o Simão acabou por concluir a escolaridade básica, donde saiu certificado com o 9º ano.

Entretanto, o Simão quer continuar os seus estudos e pretende fazer uma formação qualificante e, enquanto aguarda a oferta desta formação na sua área de residência, agora, com a situação regularizada, está a trabalhar numa empresa de construção civil como pintor, um trabalho diferenciado e mais bem pago.

O **Rui**, um menino de treze anos do Vale do Ave, ingressou no mercado de trabalho como aprendiz de padeiro. Na panificadora trabalhava catorze horas diárias, a maioria em horário nocturno, sem quaisquer direitos e muitos deveres para cumprir. O seu percurso escolar caracteriza-se por, depois de ter ingressado na escola primária aos cinco anos de idade e transitado para o 2º ciclo, ser marcado por uma grande irregularidade, com reprovações, interrupção dos estudos e, finalmente, abandono escolar.

Como o pão que punha a cozer, também o seu rosto de menino ensonado se consumia quando, num ápice, ainda de corpo dormente, viu ensombrado o seu futuro quando uma máquina lhe roubou a mão direita para que não mais pudesse agarrar o mundo com as duas. Seguiu-se uma tentativa de encobrimento da situação, por parte do empregador, com várias ameaças à mistura.

Apesar disso, algum tempo depois o Rui retomou o trabalho na mesma padaria e só o episódio de um novo acidente que esteve para acontecer, uma violenta discussão e a ameaça do patrão em lhe infligir castigos corporais, pôs termo a esta relação de exploração.

Tão acidentado percurso de vida provocou sérios danos emocionais, físicos e psicológicos no Rui. Depois de muitas noites (e dias) de dor e sofrimento, de acontecimentos e episódios duros de mais para a sua idade, acabou integrado numa turma do PIEF, onde, dois anos mais tarde, acabaria certificado com o 9º ano de escolaridade.

Hoje o Rui tem 18 anos, a escolaridade obrigatória concluída e gosta do trabalho que realiza numa empresa ligada à indústria de carnes. Já não sente vergonha da sua incapacidade física, deixou de pensar nisso graças ao apoio que sentiu durante a frequência do PIEF, confessa.

A história de vida do **Pedro** é o retrato de uma criança do Vale do Ave que, com a perda do único sustento da família, com apenas seis anos de idade, inicia um percurso pelo mundo do trabalho infantil. Apesar do entusiasmo inicial na frequência da escola, o Pedro começa a sentir as primeiras dificuldades na escola e encontra uma professora que lhe inflige castigos corporais. As faltas à escola apareceram, a desmotivação e as suas dificuldades não ajudavam, sucedem-se as retenções e o Pedro permanece até aos nove anos de idade no primeiro ano de escolaridade com apoio educativo mas sem resultados. Insucesso escolar, falta de apoio a diferentes níveis e, finalmente, uma doença fizeram-no abandonar a escola.

A mãe, através de uma vizinha, começou a arranjar encomendas para coser sapatos em casa e passaram a receber trabalho que era dado de empreitada por várias fábricas. Um caso típico de trabalho domiciliário nesta região. O Pedro começou a ajudar a coser sapatos.

Finalmente, com o abandono da escola, é sinalizado pela CPCJ, momento a partir do qual a família começa a ser acompanhada. Em resultado desta intervenção, os serviços locais de acção social concluem que o agregado familiar vive em condições degradantes para a alojar numa habitação social.

Uma nova profissão toma lugar na vida de Pedro: passa a calceteiro das sete da manhã às seis da tarde.

Ao fim de várias diligências do PETI, Pedro acabou por aceitar a entrada num PIEF para conclusão do 2º ciclo, o que conseguiu de forma empenhada. Mas desta vez é o pai que deixa de trabalhar, acometido de

doença que o incapacita. A situação precária do agregado volta a impelir o Pedro a trabalhar em artigos de malha durante a noite, enquanto de dia frequentava o curso PIEF.

No ano de 2007, a mãe requer o RSI, Pedro tem 18 anos e está a frequentar o último ano do PIEF para conclusão do 3º ciclo. Quer ser músico. A música passa a fazer parte da vida dele.

Mariana, uma jovem de 16 anos que vive no Grande Porto, mãe de um bebé de seis meses, desde cedo toma conta de crianças: por volta dos seis anos, são-lhe confiados todos os afazeres domésticos; cuidar da irmã, arrumar a casa, confeccionar refeições... Simultaneamente, frequentava a escola da sua área de residência, onde reprovou duas vezes. Vivía num barraco «*muito grande e confortável*», mas a dada altura a autarquia acabaria por realojar a família num apartamento de habitação social.

A situação do agregado começou a deteriorar-se, a mãe deixou de trabalhar e começou a embriagar-se; as agressões eram frequentes, o padrasto também alcoólico agredia diariamente a companheira e as autoridades públicas reduziam-se a uma impotente passividade...

Mariana saiu de casa aos 11 anos para ir viver para casa dos padrinhos. Frequentava a escola quando calhava até que um dia acabou por abandoná-la.

A noite passou a ser o seu refúgio. Ela e o namorado vagueavam pelas ruas e roubavam carros. Várias vezes foram apanhados pela polícia. Os hábitos de higiene da menina que outrora arrumava a casa eram coisas do passado. Um dia o namorado foi internado num centro educativo. Mariana encontrou um novo namorado de quem ficou grávida, uma gravidez que escondeu até aos cinco meses de gestação.

Depois de muitas peripécias e mudanças de residência, o anterior companheiro perfilhou a criança e arranjou um trabalho que ajudava a cobrir os encargos com a bebé que entretanto Mariana dera à luz. A intervenção social iniciou-se através de uma técnica do IRS que passou a acompanhar a menina e mãe.

Mariana foi desafiada a frequentar a medida PIEF e as resistências apresentadas iam desvanecendo-se à medida que eram prometidos os

cuidados primários para criar o seu filho e algum apoio financeiro para fazer face às despesas domésticas, através da segurança social.

Mas a sua situação pessoal e social voltou a degradar-se. Ficou grávida novamente. Simultaneamente, no PIEF conseguia ter sucesso, apresentava-se pontualmente às aulas, o seu corpo dava espaço a outro corpo que crescia, concluiu o PIEF (6º ano de escolaridade) com aproveitamento.

Voltou a partir sem deixar registo dos seus passos...

Recentemente a Mariana foi encontrada a viver sozinha, o seu bebé tinha nascido no final do Verão, seis meses depois técnicos da acção social acompanhados da polícia «invadiram-lhe» a casa e arrancaram-lhe a filha do colo sem direito a despedidas e o filho de sete meses juntou-se à irmã na mesma instituição à qual Mariana se dirige religiosamente duas vezes por semana. O companheiro foi trabalhar para o sul e Mariana, sempre que a chamam, vai trabalhar numa *roulotte*, servindo comida e bebidas aos clientes da noite...

Quer recuperar os filhos, quer por isso arranjar um emprego digno e frequentar um curso. Vive numa casa pequena mas arranjada, tem dois quartos, num dos quais uma cama e um berço, com brinquedos à espera que os filhos regressem para o seu colo...

Liliana era uma jovem a viver numa terra à beira-mar no Norte de Portugal. Aos catorze anos já era responsável por preparar as refeições da família e por todas as demais tarefas domésticas. Para ajudar ao rendimento da família, todos arrematavam artigos têxteis que recebiam das fábricas; cuidava da casa, arrematava linhas, virava golas, pregava botões. Ressentiu-se o trabalho escolar que num ápice se viu abandonado e mais que o apelo dos professores para regressar, mais forte foi o tempo que gastava nas tarefas domiciliárias.

Aos 15 anos foi para uma empresa têxtil e com o 6º ano de escolaridade começou a trabalhar por conta de outrem.

Eram já consideráveis os anos de experiência no *métier*: aos 11 anos, em casa arrematar linhas e virar golas eram tarefas frequentes; juntava-se aos pais após o jantar, começavam por volta das oito horas da

noite e acabavam por volta da uma da manhã. O sono era tanto que picava os dedos por adormecer que o corpo cansado das lides da casa não tinha ainda parado para repousar.

Quando o PETI iniciou a sua intervenção a jovem Liliana tinha 17 anos, sendo sinalizada por se encontrar em situação de abandono escolar; começou por participar numa actividade de desenvolvimento vocacional organizada pelo PETI.

No final destas actividades, de acordo com a oferta existente, a Liliana foi inscrita num curso de Técnicas comerciais. Ao fim de dois anos, sem grandes dificuldades, concluiu o curso. Ingressou numa empresa de publicidade onde passou a aplicar os seus conhecimentos.

Com apenas 12 anos, **Matilde** abandonou definitivamente a escola para se iniciar no mundo do trabalho.

Um dia-a-dia marcado pelas longas horas passadas em casa, a coser sapatos, distribuídos pelos intermediários dos empresários do lucro fácil.

Matilde começou a trabalhar pressionada pela família para ajudar a fazer face às despesas do agregado. Cosia sapatos no domicílio por 0,30€ o par.

Aos treze anos já trabalhava numa fábrica de calçado, cumprindo um horário de oito horas diárias.

O seu abandono da escola foi comunicado pela escola ao PETI e aos serviços de acção social locais.

Uma vez conseguida uma bolsa de apoio aos estudos, Matilde iniciou o seu percurso escolar através do PIEF e conseguiu concluir o 2º ciclo para depois cumprir o 9º ano de escolaridade com um aproveitamento acima da média. Importa porém referir que mesmo durante a frequência do PIEF, a Matilde continuava a apresentar sinais de continuar a realizar trabalho; vestígios de cola e dedos marcados pelo fio de coser.

Hoje Matilde, com 17 anos e o 9º ano de escolaridade, continua a viver em casa da família, a trabalhar numa fábrica durante o dia e a coser sapatos em casa à noite.

Apesar de ter sonhado para si outro modo de vida, hoje diz já não sonha com mais nada que não seja continuar a coser sapatos, embora tenha consciência que com as suas habilitações podia ambicionar fazer algo diferente.

Quando a escola enviou ao PETI a sinalização de abandono escolar, o **João Vítor** tinha 13 anos de idade e encontrava-se em situação de risco de TI.

O bairro de residência do João Vítor, com uma localização periférica ao perímetro urbano de uma pequena cidade, começou por receber uma população migrada de várias regiões do país que se deslocava para o Alentejo sazonalmente para as colheitas. Construiu-se, assim, gradualmente uma comunidade de desenraizados, com uma imagem desvalorizada junto da sociedade envolvente.

O João Vítor, apesar de uma retenção no 1º ciclo, nunca foi um aluno com dificuldades de aprendizagem. O seu comportamento sofreu maior alteração quando ingressou no 2º ciclo, onde começou a verificar-se um forte absentismo, tendo confessado mais tarde que faltava às actividades lectivas para ir para a apanha da pinha e quando aparecia nas aulas tudo fazia para ser posto na rua e lá regressava ao trabalho da pinha.

Aos treze anos o abandono escolar estava consumado e como a apanha da pinha era uma actividade rentável, com horários flexíveis, sem vínculo laboral, era um convite que os jovens mais carenciados não hesitavam em aceitar. Grupos de jovens organizavam-se para «*ir ao rabisco*»; colher os pinhões deixados no chão pelos trabalhadores adultos que faziam esta tarefa «*à contrata*», que depois vendiam a um intermediário. Outras vezes, furtivamente, entravam nos pinhais e colhiam o que podiam.

Feita a intervenção do PETI juntamente com as técnicas da IPSS que participaram no processo de diagnóstico, o João Vítor acabou por ingressar no PIEF, com um apoio aos estudos concedido pelo PETI, através do fornecimento de géneros alimentares e vestuário, tendo concluído o 2º ciclo. Com 16 anos consegue concluir o 3º ciclo. Com o 9º ano de escolaridade cumprido, consegue um emprego, numa oficina de mecânica. Tudo legal, um contrato de trabalho e segurança social.

A **Maria** tem agora 16 anos. Quando atingiu os 15 anos, depois de sucessivas retenções, com o 5º ano de escolaridade básica, abandonou a escola para ingressar no mundo do trabalho. O trabalho sazonal na agricultura, na sua região, era a mais acessível das actividades pela escassez de mão-de-obra existente.

Maria reside num bairro social cujos habitantes na sua generalidade apresentam baixos recursos económicos, descrença e baixas expectativas na educação escolar.

De escassos rendimentos, é ao sector primário que, na sua generalidade, as famílias mais carenciadas recorrem para, conjuntamente, através do trabalho em actividades sazonais irem buscar parte do rendimento de que necessitam para fazer face a uma vida de privações.

Por isso, é nas estações do ano em que há picos de trabalho que muitas crianças e jovens como a Maria vão trabalhar e abandonam a escola para não mais lá voltar.

Maria, durante meses, levantava-se às cinco da manhã e carregava caixas de morangos para uma carrinha. Deslocava-se de transportes públicos até à localidade onde trabalhava e aí permanecia até às 4h da tarde, quando fazia horas extraordinárias... Depois, foram vários os trabalhos que realizou: apanha do mirtilo entre as 4 da manhã e a 1 da tarde; num restaurante onde, sem horário, fazia de tudo um pouco; numa piscina a arrumar cabides; e a tomar conta de crianças de um centro de acolhimento.

Teve o PETI conhecimento do seu caso e foi, a partir daqui, que se estabeleceu o contacto com a Maria que de forma bastante colaborante contou as suas experiências de trabalho. Depois das necessárias diligências, Maria, agora com 16 anos de idade, ingressou num PIEF para realizar o 2º ciclo do ensino básico.

Tiago vive numa família monoparental (mãe) numerosa (7 irmãos) de poucos recursos económicos e baixas qualificações académicas e profissionais. Prematuramente, o Tiago acabou por assumir a qualidade de cabeça da família com responsabilidades próprias de um adulto.

A mãe recebia o subsídio do RSI com o qual tinha que sustentar a casa. Muito cedo, o Tiago abandonou a escola e foi trabalhar; desde os 10

anos de idade que tem algumas experiências de trabalho por conta de outrem.

Na escola, as sucessivas retenções levam-no ao abandono.

Prestes a completar 15 anos de idade, ingressa no PIEF para realizar o 2º ciclo do ensino básico com o objectivo de vir a conseguir transitar para o 3º ciclo. Uma vez no PIEF, continuou a trabalhar todos os dias depois das aulas até à meia noite, e aos fins de semana, num café da aldeia onde morava.

Apesar de tudo, dada a oportunidade de continuar a estudar, o jovem não a desperdiçou e compreendeu que a possibilidade de obter o 9º ano e uma carreira profissional na área da electricidade era na realidade aquilo que melhor respondia ao seu interesse e projecto de vida.

Com o seu sonho e com perseverança, o Tiago concluiu com êxito a formação que se tinha proposto fazer e acabou a escolaridade básica com dupla certificação (escolar e profissional).

Por agora, porém, continua a trabalhar no café, pensa vir a tirar o 12º ano e preparar-se melhor para vir a exercer devidamente a profissão que quer.

Estão apresentados os protagonistas. O leitor é agora convidado a conhecer mais em pormenor as suas histórias. Histórias que têm as marcas da exclusão, da desigualdade social, da violência, da restrição de direitos, da exploração. Em Portugal, União Europeia, século XXI. Mas histórias, repetimo-lo, onde a capacidade de reverter caminhos se tem tornado possível pela aliança entre a enorme dignidade dos protagonistas e a geração de oportunidades no quadro de políticas sociais tornadas operativas com atenção e respeito, proximidade e sentido de missão cívica.